



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 167359-6

084

COMARCA: RECIFE – PE 2ª Vara Criminal

APELANTE: LEONARDO DIAS DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL
PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO
MAJORADO PELO CONCURSO DE
AGENTES. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL
CONSONANTE COM AS PROVAS DOS
AUTOS. AUTORIA E MATERIALIDADE
EVIDENCIADAS. ABSOLVIÇÃO.
IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA NÃO
COMPORTA REFORMA. – RECURSO
NÃO PROVIDO, DECISÃO UNÂNIME.

167359

1. Declaração extrajudicial de co-réu que se harmoniza com outros elementos de prova dos autos, ainda que não confirmada em juízo, denota que a autoria delitiva imputada ao apelante restou bem delineada. Portanto, incabível qualquer pretensão absolutória.
2. Decisão apoiada nos elementos de convicção existentes nos autos e na confissão extrajudicial do réu evidencia a certeza da participação deste nos fatos descritos na denúncia.
3. Sentença mantida integralmente. Apelo não provido.

fcsf



ACÓRDÃO

085

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0167359-6 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de apelação nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1^o de junho de 2019.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Presidente /Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

086

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 167359-6

COMARCA: RECIFE – PE 2ª Vara Criminal

APELANTE: LEONARDO DIAS DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI



RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposta pelo réu **Leonardo Dias da Silva** contra a sentença (fls 119/125), proferida pelo juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou nas sanções do art. 157, § 2º, inciso II, c/c art. 61, inciso I, do Código Penal.

Nas razões de recurso de fls 136/138, o apelante relata que a denúncia foi recebida fora do prazo legal e a prova colhida testifica que a autoria delitiva não aproveita o ora apelante, mas ao réu Arlindo Oliveira dos Santos, haja vista sua confissão em Juízo.

Aduz, irregularidade nos autos, haja vista, que da prisão do réu até a prolação da sentença decorreu mais de 770 dias. Afirma, que a autoria do crime cabe ao réu Arlindo Oliveira dos Santos e não ao apelante. Pugna pela reforma da r. sentença para absolver o apelante da imputação.

O promotor de justiça em suas contra razões (fls 143/14), diz que não merece guarida o pleito do apelante, pois não há nenhuma duvida de que o apelante participou do crime. Além disso, a vítima o reconheceu. Requer a manutenção da r. sentença ora impugnada.

O douto procurador de justiça as fls 159/162, em seu parecer defende, igualmente, a manutenção da r. sentença, ora impugnada, haja vista, que restou sobejamente comprovada a materialidade e a autoria delitivas. E, ao contrario do afirmado pela defesa, a prova autoriza o decreto condenatório.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife 17 de Novembro de 2009.



Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

088

PROCESSO Nº 167359-6

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: LEONARDO DIAS DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo acusado Leonardo Dias da Silva contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou à pena privativa de liberdade de 07(sete) anos e 04(quatro) meses de reclusão e 20(vinte) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, c/c art. 61, inciso I, do Código Penal.

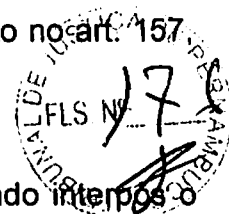
Segundo consta na denúncia, no dia 20 de agosto de 2005, por volta das 11:00 horas, na ponte velha, centro do Recife, o acusado Leonardo Dias da Silva, em comunhão de desígnios com o seu comparsa Arlindo Oliveira dos Santos, tentou subtrair da vítima Hilton Borges Glessias Júnior um telefone celular marca Siemens, SL 55, mediante grave ameaça, não tendo consumado o delito por circunstância alheias a sua vontade, uma vez que foi detido por policias militares juntamente com seu comparsa.

Regularmente processado, ao final, sobreveio a sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Recife, de fls. 119 a 125, que condenou o apelante Leonardo Dias da Silva à pena de 07(sete) anos e

proib

04(quatro) meses de reclusão e 20(vinte) dias-multa, pelo crime descrito no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro.

089



Inconformados com a sentença condenatória o acusado interpus o presente recurso de apelação, às fls. 136 a 138, pugnando pela reforma da sentença e, por consequência, a sua absolvição, tendo em vista inexistirem provas suficientes de sua participação no crime ora em questão, pelo qual foi condenado.

O representante do Ministério Público, em contrarrazões recursais, nas fls. 143 a 145, pugnou pela manutenção da sentença em todos os seus termos, por se encontrar de acordo com as provas colhidas nos autos.

Nesta instância, manifestou-se a douta Procuradoria de Justiça, às fls. 159 a 162, pelo improvimento do recurso defensivo, devendo ser mantida a sentença condenatória em todos os seus termos.

Compulsando os autos, vislumbro a existência da materialidade do crime de roubo, através do Auto de Apresentação e Apreensão, corroborado pela Avaliação Direta e pelo Auto de Entrega, acostados aos presentes autos, às fls. 27 a 31.

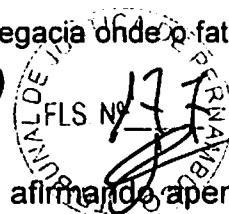
No que se refere à autoria delitiva, apesar de no interrogatório judicial o apelante ter negado a prática do crime a ele imputado, esta restou demonstrada nas demais provas colhidas nos autos, seja pela confissão do apelante feita na fase inquisitorial, como pela declaração da vítima prestada em Juízo, que confirmou a tese acusatória.

Deste modo, vejamos o que disse o apelante Leonardo Dias da Silva, às fls. 13 e 14, na fase policial:

"(...) Que alega o autuado que é amigo do primeiro autuado aqui presente há bastante tempo, de maneira que juntos sempre estão no centro da cidade pra praticar roubos ou mesmo furtos; Que quando foi hoje de manhã aproximadamente 11:00 horas quando iam passando pela ponte de ferro perceberam a vítima aqui presente dando bobeira e correndo só que quando chegaram na ponte que dá acesso ao Recife antigo o primeiro

autuado resolveu dá uma barrigada e desceu para debaixo da referida ponte, ocasião em que chegava uma guarnição da PM e deu voz de prisão aos dois de sorte que não tinha nem como negar porque o produto do roubo estava com eles: Que alega o autuado que o citado aparelho ia ser vendido na praça do diário onde sempre compraram objetos roubados principalmente aparelho celular e ia ser vendido por quatrocentos reais; Que diante dessa situação vieram os dois para esta delegacia onde o fato foi apresentado a esta autoridade."

090



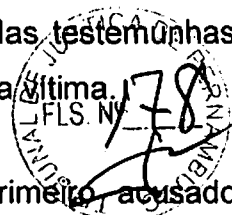
Já em Juízo o apelante negou a prática do crime, afirmando apenas que foi anteriormente preso por furto e que sempre sai com o co-réu para fumar maconha, senão vejamos o seu depoimento, às fls. 94: "Que não trabalha e reside com a sua genitora, que também não trabalha, vivendo do dinheiro da avó, mãe de sua genitora; Que há 03 anos faz uso de maconha, não fazendo uso de outras drogas; Que conhece o 1º denunciado há 02 anos, com o qual sempre sai para fumar maconha juntos; Que o interrogado e o primeiro denunciado já praticaram outros roubos para comprar maconha."

É de se notar, portanto, que a confissão feita pelo apelante na fase inquisitorial encontra em total consonância com as demais provas dos autos, senão vejamos a declaração da vítima Hilton Borges Iglesias Júnior, que em juízo, declarou nos seguintes termos:

" Que não conhecia os denunciados, pelos quais foi abordado enquanto telefonava; que os mesmos encostaram-se a sua pessoa; que o informante entregou o aparelho celular; Que não viu nenhuma arma na posse dos acusados, muito embora tenham feito menção de estarem armados. Que um deles, ao levantar a camisa, como se portasse arma, o informante percebeu algo como uma carteira; Que os denunciados ainda mandaram que o informante seguisse pelo outro lado da ponte da Boa Vista, o que foi feito, tendo seguido os dois até a Avenida Rio Branco, onde avistou policiais e noticiou o fato. indo os mesmos em perseguição aos acusados, conseguindo aborda-los e recuperar a res furtivas."

Diante de tais declarações podemos ainda salientar que nos crimes contra o patrimônio, dentre eles o roubo, rotineiramente praticados na clandestinidade, a palavra da vítima prevalece sobre a retratação em juízo da confissão extrajudicial do

réu, ainda mais quando corroborada por outros elementos de convicção, como a apreensão da *res* furtiva em poder dos acusados, os depoimentos das testemunhas colhidos durante a instrução do processo, bem como as declarações da vítima.



Ressalte-se, ainda, que na fase inquisitiva o primeiro acusado Arlindo Oliveira dos Santos confessou o crime e atribuiu a conduta criminosa também ao apelante. Porém, em Juízo tal acusado, com intuito de inocentar o apelante Leonardo Dias da Silva afirmou que praticou o ato sozinho sem a sua companhia, o que não condiz com a realidade das provas colhidas nos autos.

091

Para reforçar a tese acusatória podemos transcrever o depoimento do policial militar responsável pela prisão em flagrante do apelante e do seu comparsa no crime ora analisado.

O policial militar Gilberto Batista de Lima, à fl. 68, afirmou que:

"(...) alega o condutor aqui presente que na data de hoje aproximadamente 11:00 horas se encontrava de serviço em sua guarnição efetuando ronda como de praxe, quando ia passando nas imediações da ponte velha quando foi solicitado pela vítima aqui presente onde a mesma alegava que tinha acabado de ser assaltado por dois elementos que se dizendo armado lhe tomou um aparelho celular e em seguida saiu correndo, daí deu todas as características dos elementos e ele condutor com sua equipe saiu em perseguição aos citados elementos vindo a encontra-los nas imediações da ponte que dá acesso ao Recife Antigo e quando eles notaram a presença da PM correram e desceram para baixo da referida ponte, daí foram detidos e com eles foi encontrado o produto do roubo, ou seja, o referido aparelho celular, daí foi dado voz de prisão e trazidos para esta delegacia."

Como se vê, conjunto probatório demonstra nitidamente que o apelante participou do crime descrito na denúncia, apesar da sua negativa de autoria e da tentativa de seu comparsa inocentá-lo inutilmente, não havendo assim que se falar em absolvição pela vaga alegação de ausência de provas.

É oponuno registrar ainda que o apelante já foi condenado pela prática de crime contra o patrimônio, conforme documento de fls. 86.

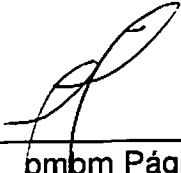


Sendo assim, por todo o exposto acima, tem-se que a sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca do Recife encontra-se em concordância com as provas acostadas nos autos, não tendo motivo algum para sua reforma.

092

Posto isso, meu voto é no sentido de **negar provimento** ao recurso de apelação, confirmando-se a sentença em todos os seus termos.

É COMO VOTO.


pmpm Página 5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

093

PROCESSO Nº 0167359-6

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: LEONARDO DIAS DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOÃO LUIZ DA FONSECA LAPENDA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO DE REVISÃO

Sr. Des. Presidente

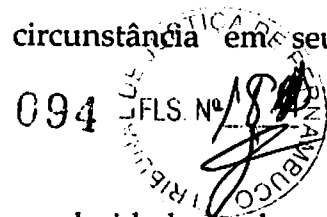
Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de apelação criminal voltada contra a sentença de lavra da Exma. Sra. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital, a qual julgou parcialmente procedente a denúncia, com o fim de condenar **LEONARDO DIAS DA SILVA** como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, II, c/c art. 61, I, todos do Código Penal, fixando-lhe a pena em 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, a ser cumprida no regime fechado.

Irresignado, **LEONARDO DIAS DA SILVA**, por intermédio de Defensor Público, interpôs recurso de apelação, cujas razões se encontram encartadas às

fls. 136/138. Afirmar a defesa que o apelante não foi reconhecido pela vítima, ressaltando que não foi lavrado nenhum auto de reconhecimento. Aduz que a única testemunha arrolada pelo Ministério Público, além de não presenciar os fatos narrados na denúncia, afirmou que não foi encontrada nenhuma arma em poder do apelante, nem tampouco qualquer pertence da vítima. Assevera que o assalto foi praticado exclusivamente pelo réu Arlindo Oliveira dos Santos, o qual confessou esta circunstância em seu interrogatório.



A defesa ressalta que foram cometidas várias irregularidades ao longo da instrução, tais como o oferecimento das alegações finais fora do prazo por parte do representante do Ministério Público e a prolação da sentença somente após nove meses da data da conclusão. Destaca que o apelante está preso há 770 (setecentos e setenta) dias pagando por um crime que não cometeu.

Por tais razões, sustenta que inexistem provas aptas a lastrear o decreto condenatório, razão pela qual pugna pelo provimento do recurso, a fim de que esta Corte reforma total ou parcialmente a sentença injuriada, absolvendo o apelante da imputação descrita na denúncia.

A insubmissão do apelante não tem qualquer procedência.

A materialidade do ilícito atribuído ao apelante está consubstanciada no Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 27.

Também não há dúvidas quanto à autoria delitiva, tendo em vista que o ora apelante, na fase inquisitorial, confessou o crime a ele atribuído (fls. 13/14):

"Que alega o autuado que é amigo do primeiro autuado aqui presente há bastante tempo, de maneira que juntos sempre estão no centro da cidade pra praticar roubos ou mesmo furtos; que quando foi hoje de manhã aproximadamente 11:00 horas quando iam passando pela ponte de ferro

perceberam a vítima aqui presente dando bobeira e resolveram tomar o aparelho celular da mesma e assim o fizeram tomaram e saíram correndo só que quando chegaram na ponte que dá acesso ao Recife Antigo o primeiro autuado resolveu dar uma barrigada e desceu para debaixo da referida ponte, ocasião em que chegava uma guarnição da PM e deu voz de prisão aos dois de sorte que não tinha nem como negar porque o produto do roubo estava com eles (...)"

095



Em juízo o recorrente negou que tivesse praticado o roubo narrado na peça acusatória, afirmando que o assalto foi cometido unicamente pelo co-réu Arlindo, reconhecendo, entretanto, que já praticou outros roubos em companhia do co-réu para comprar maconha (fl. 94).

A vítima, Hilton Borges Iglesias Júnior, após requerer prestar o seu depoimento sem a presença dos acusados, declarou o seguinte em juízo (fls. 109/110):

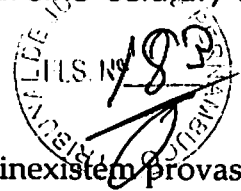
"Que não conhecia os denunciados, pelos quais foi abordado enquanto telefonava; que os mesmos encostaram-se a sua pessoa, mandando que lhe passasse o celular, senão atirava contra a sua pessoa; que o informante entregou o aparelho celular; que não viu nenhuma arma na posse dos acusados, muito embora tenham feito menção de estarem armados. Que um deles ao levantar a camisa, como se portasse arma, o informante percebeu algo com uma carteira (...)"

O policial militar Gilberto Batista de Lima, que figurou como condutor no Auto de Prisão em Flagrante Delito, descreveu como se deu a prisão dos réus (fl. 07):

"Que alega o condutor aqui presente que na data de hoje aproximadamente 11:00 horas se encontrava de serviço em sua guarnição efetuando ronda como de praxe, quando ia passando nas imediações da ponte velha quando foi solicitado pela vítima aqui presente onde a mesma alegava que tinha acabado de ser assaltado por dois elementos que se dizendo armado lhe tomou um aparelho celular e em seguida saiu correndo, daí deu todas as

características dos elementos e ele condutor com sua equipe saiu em perseguição aos citados elementos vindo a encontra-los nas imediações da ponte que dá acesso ao Recife Antigo e quando eles notaram a presença da PM correram e desceram para baixo da referida ponte, daí foram detidos e com eles foi encontrado o produto do roubo, ou seja, o aparelho celular, daí foi dado voz de prisão (...)"

096



Portanto, não procede a alegação da defesa de que inexistem provas da autoria delitiva em relação ao apelante. O depoimento da vítima, que descreveu detalhadamente como se deu a empreitada criminosa, aliado às declarações do policial militar que efetuou a prisão dos meliantes e a apreensão da *res furtiva*, se constituem em robusto acervo probatório que apontam seguramente o apelante como o autor do crime narrado na exordial acusatória.

É significativo frisar que, muito embora o recorrente tenha negado o crime a ele imputado em juízo, a confissão realizada perante a autoridade policial se mostrou totalmente harmonizada com o acervo probatório dos autos.

É certo que, na forma do art. 200 do CPP, a confissão é retratável. Contudo, isto não significa que o magistrado está obrigado a crer na nova versão. Em casos tais, fica preservado o livre convencimento do juiz que deve ser fundado no exame global das provas colhidas no curso da instrução criminal. Assim têm se manifestado nossos Pretórios:

TRF da 2ª Região: *"A jurisprudência é uníssona quando confere maior credibilidade à confissão extrajudicial que à retratação em juízo, desde que a primeira esteja amoldada às demais provas e circunstâncias dos autos, e a segunda totalmente inverossímil e divorciada do conjunto probatório".*

TACRSP: *"Para a retratação da confissão policial ser válida, é necessário que seja verossímil, encontrando algum amparo,*

ainda que em elementos indiciários
circunstanciais".(RJD TACRIM 16/77)



À vista do exposto, senhores Desembargadores, senhor Procurador de
Justiça, em sintonia com o pronunciamento ministerial, voto pelo improvimento do
recurso de apelação, no sentido de manter a decisão em testilha em toda a sua
substância.

097

É COMO VOTO.

Recife, 01 de junho de 2010.


Des. Gustavo Augusto Lima

Revisor